

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: (RE)APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

INFORMATION SCIENCE AND ARCHIVAL SCIENCE: CONCEPTUAL APPROACHES

Marcos Ulisses Cavalheiro^a

Cibele Araujo Camargo Marques dos Santos^b

RESUMO

Introdução: Neste texto, propusemos uma análise crítica dos conceitos de "documento" e "informação" no domínio da Ciência da Informação e, mais precisamente, de sua disciplina arquivística, tendo em vista o fato de se aproximarem por seus objetivos e processos afins, concernentes às questões de organização, representação e acesso à informação registrada. **Objetivo:** Vislumbramos apresentar e discutir os referidos conceitos, (re)aproximando-os, sobretudo no que tange à noção documental e informacional transmitida via princípios arquivísticos e seus desdobramentos. **Metodologia:** Esse segmento investigativo, de cunho bibliográfico, documental e restritivo, demonstra-se pertinente, pois a Ciência opera com a delimitação para fins de esclarecimento quanto ao seu objeto; à Ciência da Informação e à Arquivologia, essa reflexão faz-se, pois, relevante, ao passo que os ditos conceitos são polissêmicos, presentes em áreas do conhecimento diversas. **Resultados:** Demarcamos elementos históricos e teóricos quanto ao "documento" e à "informação" na perspectiva da Ciência da Informação e de seus processos, interpretando-os sob o discurso foucaultiano da materialidade dos enunciados (e dos documentos). Posteriormente, direcionamos essa discussão à lógica da Arquivologia e de seus princípios basilares, visando compreender (e questionar), por fim, as características que fazem jus ao documento e à informação de arquivo. **Conclusões:** Concluímos que a materialidade (*conscriptio*) é o elo entre a informação da Ciência da Informação e a informação da Arquivologia, o que justifica a completude de esforços de ambas as áreas no processamento documental. Por sua vez, em Arquivologia, aliadas ao documento e seu teor informacional, estão as características trazidas pelos princípios que a regem, marcas essas que, não via de regra, estejam contempladas na Ciência da Informação.

Descritores: Ciência da Informação. Arquivologia. Documento. Informação.

^a Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). E-mail: marcos.cavalheiro@usp.br

^b Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: cibelear@usp.br

1 INTRODUÇÃO

Abordar conceitualmente o “documento” e a “informação” é um processo de instigante mapeamento, considerando-se sua difusa aplicação às diversas áreas do conhecimento que abrangem. Para além de sua cientifização, ambos os conceitos perpassam as nossas rotinas e vidas. Nesse sentido, a “informação” transmitida pelos telejornais não é, via de regra, a mesma que buscamos ao consultar o serviço de referência de uma biblioteca, tampouco aquela com a qual nos deparamos pelas nossas timelines e feeds. De igual modo, o “documento” para o arquivista (record) não é, necessariamente, o mesmo para o cientista da computação (file). Segundo esse raciocínio, tal como o arquivista, o bibliotecário e o museólogo também organizam e representam a informação documental, visando o propiciar o seu acesso; entretanto, em cada “unidade de informação” os documentos possuem configurações peculiares, e as informações, por sua vez, teores distintos.

Do “registro de nascimento” à “certidão de óbito”, constantemente produzimos e recebemos documentos e informações. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a evolução dos suportes e registros do conhecimento e as decorrências sociais, políticas e econômicas do contexto de mundo pós-1945, chegamos a “uma explosão/caos informacional”. Nesse cenário, conforme evidencia Smit, “(...) torna-se indispensável propor um recorte para melhor delimitar o conceito de informação na Ciência da Informação” (2012, p. 84). Neste artigo, registramos uma análise e discussão dos conceitos referidos, delimitando-os e distinguindo-os no escopo CI e, mais precisamente, na perspectiva de sua disciplina arquivística.

Em áreas do conhecimento inter e transdisciplinares, estabelecer limites conceituais faz-se necessário a fim de que não “percamos de vista” a devida identidade de um dado campo científico, apesar dos vínculos estabelecidos com os demais saberes. A CI, por exemplo, dialoga com a Documentação, a Linguística, a Lógica, a Diplomática, a História, a Comunicação, entre outras, e, pelo compartilhamento, constitui suas bases teóricas e metodológicas em direção à organização e representação da informação registrada. Reiteramos a

necessidade dessas demarcações em nossa área, pois "(...) a onipresença da informação parece já não ser portadora de informação alguma: se há informação em toda parte, se tudo pode ser considerado informacional, então nada é" (SMIT, 2012, p. 84). De igual modo, aplicamos esse raciocínio à concepção do "documento", cuja função é informar, provar e testemunhar: o documento de arquivo. A questão que levantamos é: Como, por quê e a quem o faz? Demonstra-se pertinente (e emergente) o recorte.

No contexto das ditas sociedade e era da informação e do conhecimento, cujos enunciados têm-se instaurado, sobretudo, na virada do último para o presente século, em que os discursos do "acesso à informação" e da "gestão do conhecimento" nos parecem tão emblemáticos, é fundamental que tracemos um norte de esclarecimento, no domínio da CI e de seus processos, com limiares bem definidos, sobre o referido "documento" portador da tal "informação" que nos conduz à construção de um dado "conhecimento". Afinal de contas, "A informação, como o alimento, é um bem. Do mesmo modo que a carência de alimento provoca a fome, a carência de informação provoca a ausência do conhecimento"; por essa razão, "a sociedade organiza seus estoques de informação (...) tendo em vista um único objetivo: que o sujeito os capture, promovendo a ação de conhecer" (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 9).

Essencialmente bibliográfica, documental, restritiva e exploratória, em termos de metodologia, recorreremos à literatura da CI e da Arquivologia, especialmente às produções brasileiras e estrangeiras dedicadas às temáticas de "informação e cultura", "informação e linguagem", "organização da informação", "representação da informação" e "epistemologias em CI e Arquivologia". Como objetivo geral, visamos restringir os conceitos de "documento" e "informação" na CI, recortando-os, enfim, à dimensão arquivística; para tanto, são os nossos objetivos específicos: pontuar marcos históricos, teóricos e conceituais da CI e das disciplinas com as quais dialoga; relacionar a CI com a Arquivologia, pela afinidade dos seus processos e pelo viés da materialidade da informação; apresentar algumas definições de "documento", "documento arquivístico", "informação" e "informação arquivística", demarcando suas características e questionando-as e; evidenciar a dimensão

informativa no contexto dos arquivos.

Adiante, apresentamos os nossos apontamentos acerca do “documento” e da “informação” na perspectiva histórica, social e aplicada da CI; posteriormente, conduzimos essa mesma discussão na lógica arquivística e; paralelamente, registramos nossas impressões e considerações acerca da abordagem conceitual proposta.

2 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

É importante considerarmos que “A Ciência da Informação não é um campo de estudo tão recente como seu nome pode sugerir”, embora concordemos que “os avanços científicos e tecnológicos da humanidade foram alterando paradigmas, sendo o ponto culminante – até o presente momento – o advento da era digital no processo de difusão do conhecimento”. Na perspectiva histórica da CI, “(...) isso não implica dizer que é um ramo do conhecimento científico que surgiu somente como a globalização proporcionada pela rede mundial de computadores conhecida como *Internet*, como parece para muitos” (QUEIROZ; MOURA, 2015, p. 25). Antes, a CI surge da “explosão da informação”, no período pós-1945, da necessidade de registro e controle bibliográficos e transmissão de informação e conhecimento e do surgimento de novas tecnologias, sobretudo do computador, que, desde a década de 1960, passou a ser empregado no processamento da informação bibliográfica (PINHEIRO, 2002).

A CI parte do pressuposto de que a “informação”, para que seja utilizada sem restrições de tempo e espaço, é necessário que seja documentada (SMIT, 2012). Nesse sentido, o conceito de “informação documentária” ou “informação registrada” faz-nos, prontamente, considerar, no domínio em questão, a relevância da Documentação de Paul Otlet, com o seu basilar *Traité de Documentation*, de 1934, e de Suzane Briet, com o seu inquiridor *Qu'est-ce que la Documentation?*, de 1951. As produções de Otlet e Briet subsidiaram a definição e difusão de um campo do saber dedicado ao estudo da gênese ao processamento da “informação materializada”, e nortearam aquilo o que compreenderíamos, mais tarde, por princípios, métodos e práticas

desenvolvidas nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus, e que precisariam estar alinhadas com as constantes (e, sarcasticamente, inconstantes) TICs.

Da procedência na Documentação, em seu surgimento, a CI deparou-se com a necessidade de elaborar um conceito científico de “informação” e, para tanto, baseou-se no conceito físico da *Teoria Matemática da Comunicação*¹, que privilegia os aspectos materiais da informação em relação aos semânticos, ou seja, o registro (documento) para além da mensagem (informação). Conforme observado por Araújo (2010), a imediata consequência desse modelo é a prioridade conferida aos processos de transferência da informação, que diz respeito à “(...) efetiva comunicação do conhecimento e seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47). Nesse sentido, a CI não se ocupa de outra “informação”, senão a “documentada” visto que apenas por essa prática garantimos sua observação, processamento e preservação. A respeito da formalização conceitual dessa informação e sua passividade/vinculação aos processos documentários, destacamos o ensaio de Harold Borko, *Information Science: what is it?*, de 1968.

Naquele momento, em que o então *Instituto Americano de Documentação* fora designado a *Sociedade Americana de Ciência da Informação*, havia uma emergente necessidade de distinguir a “documentação” da “informação” concernente à recente Ciência. Conforme o parecer de Borko, a CI “(...) investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seus fluxos e usos, e as técnicas para seu processamento e otimização de sua armazenagem, recuperação e disseminação” (1968, p. 3). Por sua vez, a “Documentação é uma das diversas vertentes aplicadas da ciência da informação (...) direcionada à aquisição, custódia, recuperação e divulgação da informação registrada” (1968, p. 3, tradução nossa). Assim, compreendemos a área de Documentação como uma das quais estão contempladas no escopo da CI, manifestando-se, em termos pragmáticos, na Arquivologia, na

¹ Proposta pelos engenheiros–matemáticos Claude Shannon e Warren Waever, em 1949, visando a síntese do conhecimento necessário ao entendimento da eficiência em sistemas de comunicação (KHINCHIN, 1957). Também conhecida como “Teoria da Informação”, apresentada como um “prenúncio ou mesmo inauguradora do campo” de CI (ARAÚJO, 2010).

Biblioteconomia e na Museologia. Portanto, a CI se ocupa, de fato, da “informação”, mas afora o “documento”, pois nele a encontra: documento é registro de informação.

Em 1991, Michael Buckland publicou, no *Journal of the American Society of Information Science*, suas considerações acerca da natureza da “informação”, interpretando-a como processo (*process*), conhecimento (*knowledge*) e coisa (*thing*), evidenciando, pois, do conceito de *information-as-thing*, seu caráter material que tanto nos interessa e diz respeito, enquanto CI. Na década seguinte, em 2003, o filósofo e neo-documentalista Rafael Capurro escreveu para o *Annual Review of Information Science and Technology* sobre *O Conceito de Informação*, retomando as premissas bucklandianas, ao conceber a “informação” como algo ora tangível (coisa/documento), ora intangível (processo/conhecimento). De acordo com Araújo (2010), Capurro faz uma crítica ao modelo cognitivo da informação, por concebê-la como produto de um sujeito isolado; em contrapartida, apregoa o modelo social, por meio do qual a informação passa a ser compreendida como uma “construção”, tendo em vista que algo pode ser considerado “informativo” em um dado momento, e em outro não mais; tem relevância a um determinado grupo, mas a outro, não necessariamente.

Na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), em 2006, Bernd Frohmann, docente e pesquisador da *Faculty of Information and Media Studies/University of Western Ontario*, abordou *O caráter social, material e público da informação*, ressaltando, dentre as características que intitularam a conferência, a “materialidade”, haja vista que “(...) muito do caráter público e social da informação depende dela”; afinal de contas, “(...) sem a atenção à materialidade, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas, e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem” (2006, p. 21). Ao se posicionar a respeito do conceito “mentalista” da informação, Frohmann justifica que “Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação” (p. 21), apropriando-se do pensamento de Michael Foucault quanto à materialidade dos enunciados para refletir acerca dos documentos, produtos da informação que se converte em matéria.

Sob a perspectiva foucaultiana, o canadense explica que “enunciado” não é sinônimo de “documento”, mas o sentido material que lhe é conferido pode ser apropriado ao campo da “informação”, e, particularmente, ao domínio da CI, pois nele também “(...) para uma sequência de elementos linguísticos poder ser considerada e analisada, ela deve ter uma existência material” (FROHMANN, 2006, p. 22); assemelha-se, portanto, ao “enunciado” e à “informação” inscritos sobre papéis, livros e objetos; a propósito, é com esse parâmetro de informação (*como-coisa*) com o qual lidam os sistemas e profissionais de arquivo, biblioteca e museu. Ainda tratando da ordem da materialidade, Frohmann alega que a massa de um enunciado/documento deverá responder pelos efeitos que gerar, e direciona o seu questionamento à compreensão de suas fontes de massa, energia, força e poder. Através desses recursos teóricos, aborda a questão da estabilidade dos enunciados (e, neste caso, da informação), referenciando a documentação como meio pelo qual, portanto, se estabilizam, se massificam e se empoderam.

Ainda com o referencial de Foucault, Frohmann comenta que a materialidade dos enunciados (e, de igual modo, da informação) pode ser analisada pelo grau de sua imersão institucional, e que “(...) as rotinas institucionalizadas estabelecem e mantêm as relações entre os enunciados, e lhes conferem peso, massa, inércia e resistência” (2006, p. 23). Semelhantemente, “Em CI, a informação, além de registrada, é institucionalizada, o que lhe confere um selo de qualidade” (SMIT, 2012, p. 87). Nesse sentido, ressaltamos a precisão dos sistemas de informação e de suas práticas institucionais e documentárias em direção à organização e à representação da informação registrada e acumulada em seus ambientes, de modo que essa informação (*como-coisa*) seja acessível e acessada, alcance os seus patamares intangíveis (*information-as-knowledge*) e seja assegurada a sua estabilidade.

Em CI, faz-nos sentido que a “informação” seja compreendida como uma mensagem, teor de cunho administrativo, jurídico, científico, comunicativo, literário, artístico, corporativo ou pessoal, e o “documento”, por sua vez, o seu canal de estabilidade e transmissão. No domínio em questão, parece-nos, ainda,

contendedora a abordagem conceitual, pois, conforme coloca Rabello (2009), é importante que questionemos se a área, em si, já alcançou "maturidade científica" para o estágio de uma "ciência normal", no que tange o esclarecimento de seus conceitos e princípios. Aquém do absolutismo, no presente recorte, apresentamos nossas impressões quanto ao ser e à razão de ser da "informação" e do "documento" na área de CI, reconhecendo-a como uma ciência "baseada na noção das necessidades informacionais (...), e da relação com o estudo de métodos de organização dos processos de comunicação em um caminho que atenda estas necessidades informacionais" (WERSIG; NEVELING, 1975, p. 33).

Na visão de Malheiro (2006, p. 140),

Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamentos informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação).

Armando Malheiro ressalva a dimensão social e aplicada da CI, e, ao tratar do "fenômeno info-comunicacional", corrobora o pensamento de Wersig e Neveling (1975) e Saracevic (1996), relacionando as áreas da informação e da comunicação, e concebendo-as como fenômeno e processo, respectivamente. A qualidade "perceptível" e "cognoscível" desse fenômeno nos remete, prontamente, à caracterização da "informação" da qual se ocupa essa Ciência, segundo a concepção de Buckland (1991), ou seja, coisa (*information-as-thing*) – ou matéria, conforme alega Frohmann (2006) – e conhecimento (*information-as-knowledge*). Em Malheiro, notamos que, a fim de que seja contemplado o "fenômeno info-comunicacional" em sua completude (isto é, da informação à comunicação, da comunicação ao conhecimento, e do conhecimento à informação), é necessário que se definam, pois, os processos norteadores do campo: produção, organização e disseminação/recuperação. Diríamos, pois, que tais processos sintetizam o ser, a razão de ser e o quefazer da CI.

Embora intimamente atreladas à Documentação, as definições de "documento", em Otlet e Briet, penduram correntes no domínio da CI, em termos cognitivos de forma, formato e funcionalidade. Otlet o define como o "(...) registro

do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material” (1934, p. 10); Briet, por sua vez, sugere o conceito de “documento” como o “(...) registro concreto ou simbólico, conservado, ou registrado para representar, recompor ou evidenciar um fenômeno físico ou intelectual” (1951, p. 10, tradução nossa). Ambos defendem que o conceito de “documento” não se restringe à textualidade: Briet, inclusive, exemplifica que uma “estrela”, embora não possa ser considerada “documento” no céu, sua representação física, em fotografia ou pintura, e institucionalização (neste caso, no museu), viabiliza o seu aporte documental. Assim, defendemos que, da Documentação à CI, a noção de “documento” se estrutura na perspectiva da materialidade (BUCKLAND, 1992; FROHMANN, 2006) e da institucionalização em unidades de informação (ARAÚJO, 2010; SMIT, 2012).

Lopez Yepes (1997) retoma a etimologia do “documento” para comentar sua evolução semântica; segundo o pesquisador e bibliotecário espanhol, “o documento pode ser considerado instrumento de cultura, instrumento de conhecimento e fixação da realidade, mensagem no processo de informação documental e fonte de conhecimento científico” (p. 13, tradução nossa). Lopez Yepes afirma que, do ponto de vista da CI, o registro “(...) é a célula viva do processo documental, ou seja, do processo informativo que permite aproveitar permanentemente nossas informações para obtenção de novas informações”; logo, “(...) o documento é mais do que um suporte físico carregado de informação para se converter em uma fonte de documentação, mas em uma fonte de nova informação” (p. 15-6, tradução nossa). Alinhado aos atributos materiais e institucionais que demarcam o documento na CI e na dimensão de seus processos, em síntese, esse documento pode ser compreendido como o “portador e transmissor de mensagens recuperáveis que se transforma em seu desenvolvimento histórico e em sua capacidade de adequação à realidade especial, temporal e pessoal” (p. 16, tradução nossa).

A concepção de CI, para Guimarães (2013), está além do tradicional conceito norte-americano da década de 1960, fortemente ligado à informação científica e às novas TICs. Segundo o pesquisador mariliense, trata-se de “(...) um campo científico amplo, em que um conjunto de saberes, relativos aos

processos e contextos da informação, se desenvolvam e nutram universos profissionais específicos", tais como a Arquivologia, "(...) e neles encontrem espaço de aplicabilidade e de avaliação dessa teoria e metodologias. Desse modo, o campo encontra-se visceralmente permeado pela relação indissociável entre teoria e prática" (p. 185). Tal como de Otlet à Frohmann, neste texto, vislumbramos uma análise conceitual com o intuito de esclarecer o sentido material da "informação", isto é, o "documento", e compreendê-lo na perspectiva dos sistemas e dos usuários que se associam à CI e, especialmente, à Arquivologia. Adiante, traçamos o recorte.

3 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

A CI é uma área interdisciplinar, e recorre a outras áreas do saber para estabelecer o seu arcabouço teórico-metodológico, no que diz respeito à produção, organização, representação e disseminação da informação registrada e institucionalizada (*information-as-thing*). Sendo, pois, essa informação produto de análise e síntese da CI, e pela afinidade dos processos perpassantes da gênese a sua apropriação (da informação ao conhecimento), acreditamos que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, apesar da identidade epistemológica, e dos princípios, métodos e técnicas peculiares, são consideradas disciplinas, subáreas ou ciências da informação, contempladas no status científico, social e aplicado da CI, justamente porque, de forma complementar, cumprem com o "mandamento" do domínio, em perspectiva macro: democratizar e viabilizar o acesso à informação (como-coisa).

De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, a Arquivologia é a "Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e métodos a serem observados na produção, organização, guarda e utilização dos arquivos" (BRASIL, 2005, p. 37). Sobre as funções do arquivo, Thomassen (2006) comenta que, em primeira instância, ele serve para apoiar o gerenciamento operacional e administrativo, as ações e as transações, os processos de trabalho e a tomada de decisão (valor primário); posteriormente, adquire caráter testemunhal, servindo à construção da memória, à pesquisa histórica e à herança cultural (valor secundário). É interessante considerarmos

que o princípio elementar dos processos da CI aplicados à Arquivologia, da produção à guarda ou eliminação, é o da *proveniência*, o qual estabelece que documentos com procedências distintas não sejam mesclados, em termos de classificação intelectual, de modo que o contexto de produção, a gênese documental e os seus vínculos orgânicos não se comprometam. Na dimensão da CI, enquanto a Biblioteconomia e a Museologia recorrem à tematicidade (análise de assunto) para definir sua lógica de organização e representação, a Arquivologia o faz, idealmente, a partir da funcionalidade (análise de contextos, estruturas, processos, funções, atividades e tarefas).

Os canadenses, por sua vez, compreendem a Arquivologia como uma ciência, ou disciplina, peculiar e de caráter independente em relação à CI, justamente pelo fato de portar seus próprios princípios, métodos e processos (*Archival Science*). Rousseau e Couture (1998, p. 284), em *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, a conceituam e relatam suas atribuições nas seguintes vertentes:

Disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos) e pode assumir três formas: 1) uma unicamente administrativa (*records management*), cuja principal preocupação é ter em conta o valor primário do documento; 2) uma forma tradicional, que põe a tônica unicamente no valor secundário do documento; 3) uma forma integrada englobante, que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente com o valor primário e secundário do documento.

Inicialmente, ao comentarem sobre o conceito de *records management*, reafirmam o status da Arquivologia como ciência auxiliar da Administração, visto que, nessa perspectiva, preconiza-se a racionalização do conjunto documental, visando estabelecê-lo como fonte de informações probatórias das ações e das tomadas de decisão executadas no contexto de uma dada entidade pública ou privada, especialmente jurídica. Na segunda abordagem, remetem à visão classicista da Arquivologia, como ciência auxiliar da História, na qual são evidenciados a custódia e o tratamento de acervos, compreendidos como fontes primárias de pesquisa histórica, memória e patrimônio. Em sua terceira concepção, tratam da Arquivologia enquanto ciência ora servindo à Administração, ora à História, simultânea e/ou diacronicamente, e essa perspectiva "englobante", do valor probatório (primário) ao testemunhal

(secundário), isto é, da produção ao trâmite, do trâmite à guarda ou expurgo, com a qual a tradição arquivística brasileira está alinhada, se respalda, em termos teóricos e metodológicos, e faz jus a princípios elementares da Arquivologia, tais como a Teoria das Três Idades², e dela emergem algumas abordagens contemporâneas do domínio, tais como a "Arquivística Integrada".

Em *Uma Primeira Introdução à Arquivologia*, Thomassen (2006, p. 13-14) esclarece que:

A Arquivologia é diferente de outras ciências por seus objetos, seus objetivos e suas metodologias. Seus objetos são: informação relacionada a processos, os processos através dos quais esta informação é gerada e estruturada e as circunstâncias sob as quais estes processos são moldados e executados. Seus objetivos são a análise de documentos como produtos e produtores de atividades sociais e, a um nível pragmático, o estabelecimento, desenvolvimento e conservação da qualidade de documentos e arquivos (disponibilidade, legibilidade, integridade, relevância, representatividade, temática, autenticidade e confiabilidade). Sua metodologia é usar processos de trabalho como estruturas representativas para análise de documentos e, no nível solicitado, estabelecendo, desenvolvendo e mantendo os vínculos entre informação e documentos, documentos e outros documentos, documentos e processos de trabalho e processos de trabalho e seu ambiente social. A Arquivologia melhora nosso entendimento dos aspectos documentais da interação humana, ajuda os documentos a desempenhar seu papel nesta interação, traz, avalia e ajuda a manter a ligação entre documentos e processos de trabalho, fornecendo as bases para o estabelecimento dos requisitos funcionais para sistemas de conservação, manutenção e uso de arquivos e documentos, além da fundamentação para uma política de avaliação, controle e recuperação de documentos eficiente e efetiva.

Thomassen parte do conceito de "informação registrada, decorrente e relacionada aos processos de trabalho" para demarcar o conceito de Arquivologia, cujo status científico é alavancado através da discriminação de seus objetos, objetivos e metodologias peculiares, o que se alinha à própria concepção de Ciência. O pesquisador holandês transcende o clássico paradigma dos arquivos enquanto, via de regra, objeto da Arquivologia, ao alegar que, na verdade, a mesma se ocupa da informação que é gerada e estruturada

² Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário (BRASIL, 2005, p. 160).

a partir da execução de processos, ou seja, do cumprimento de atividades e funções cabíveis a uma dada pessoa jurídica ou física (a proveniência), o que ressalva, no domínio, o princípio da naturalidade³, por exemplo; a visão de Thomassen está alinhada, também, à corrente espanhola, pois, como sugere Antonia Heredia (1993), o objeto da Arquivologia é, na contemporaneidade, além do "arquivo" e do "documento de arquivo", a "informação de arquivo" (informação orgânica), reiterando-a, pois, no escopo da CI.

Thomassen ainda comenta sobre os objetivos da Arquivologia, que são a análise de documentos, compreendidos como produtos dos processos de trabalho, e seus elementos constituintes (o que, entrelinhas, reafirma a contribuição da Diplomática como método de investigação na área), visando a elaboração de sistemas, cujo propósito é a racionalização do conjunto documental, no que tange à concepção, organização, representação e acesso; para tanto, em questões de metodologia, recorre à estrutura da própria entidade (jurídica ou física) e seus processos (lógica e fluxo funcionais), que são utilizados como "estruturas representativas" de análise, por meio das quais é garantida a preservação dos contextos de produção documental, o que, na dimensão dos princípios arquivísticos, faz jus, por exemplo, ao princípio da proveniência e seus desdobramentos⁴ (respeito aos fundos e ordem original).

Antes de demarcarmos os pareceres efetivamente arquivísticos dos conceitos centrais abordados neste texto, o "documento" e a "informação", acreditamos ser pertinente, à própria CI e à Arquivologia, transcendermos do conceito de "interdisciplinaridade", que as caracterizam no discurso acadêmico, para o conceito de multidisciplinaridade, pois neste "(...) os interesses próprios de cada disciplina são preservados, conservando-se sua autonomia e seus objetos particulares" (MACHADO, 1995 apud KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13). Portanto, embora se relacionem quanto à configuração, à materialidade, aos objetivos e aos processos, o "documento" e a "informação", na Arquivologia, não

³ Segundo este princípio, o documento de arquivo é "naturalmente" produzido e acumulado como reflexo de uma atividade administrativa e da ordem burocrática.

⁴ Há um primeiro grau do princípio da proveniência que permite isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo no que respeita ao modo como se distingue de qualquer outro. Além disso, há um segundo grau que visa o respeito ou à reconstituição da ordem interna do fundo. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 83).

são, necessariamente, ressalvamos, os mesmos na Biblioteconomia, na Museologia, tampouco na CI. “Trata-se, portanto, de um processo dialógico que requer interpenetração metodológica e uma (meta) linguagem compartilhada. O conhecimento produzido distingue-se, nessa medida, daquele existente nas disciplinas de origem” (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13). Abre-se, assim, o viés para o recorte.

A fim de refletirmos sobre as características que distinguem o "documento de arquivo" dos demais, faz-se preciso que concebamos, de antemão, a perspectiva “macro”: o "arquivo" diz respeito a uma reunião orgânica de documentos acumulados, produzidos e recebidos, por uma pessoa (jurídica ou física) no cumprimento de suas funções e atividades (ou dos processos de trabalho, como diria Thomassen), essencialmente para fins probatórios, administrativos, burocráticos e jurídicos (valor primário), e, posteriormente, preservados (ou não) por seu préstimo de informação, memória e testemunho (valor secundário). Em razão da proveniência, os arquivos são denominados como públicos ou privados, institucionais ou pessoais; em oposição ao acervo de biblioteca e museu, o acervo arquivístico, ou o *fundo*⁵, tem sua composição regida, fundamental e concomitantemente, pelos princípios da proveniência, da organicidade e da naturalidade⁶, o que nos conduz à compreensão de que um arquivo não seja, idealmente, concebido como uma reunião artificial de documentos. Bellotto (2004) afirma que a natureza desse conjunto documental é, portanto, além de probatória e informacional, orgânica, serial, contínua e cumulativa, e justamente a soma dessas características faz do arquivo uma instituição única e inconfundível.

Em CI, o "documento" pode significar qualquer "informação", desde que registrada e institucionalizada, como sugerem Buckland (1991), Frohmann (2006) e Smit (2012), por exemplo; o "documento de arquivo", por sua vez, é o registro de uma informação de funcionalidade específica, gerado para prova de

⁵ Na terminologia arquivística, *fundo* é sinônimo de arquivo, acervo natural e orgânico acumulado por um mesmo titular (entidade ou personalidade).

⁶ Os documentos de arquivo não são colecionáveis, na dimensão "senso-comum" de colecionismo; antes, são produzidos naturalmente como decorrência das funções e atividades administrativas cabíveis a uma entidade, tendo em vista a tradição da documentação e/ou a burocracia.

um ato, e arquivado para testemunho de um fato. Segundo Duranti (1996), o "documento de arquivo" é caracterizado por sua autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade. Portanto, trata-se de um documento comumente revestido de precisão formal (documento autêntico) que registra uma informação fidedigna, reflexo da execução do processo de trabalho (documento imparcial), e que possui, sobre a proveniência, suas competências e seu conjunto documental, vínculos genéticos entre as suas unidades (documento orgânico). Ressalvamos que o "documento de arquivo" é produzido em decorrência do cumprimento de funções, atividades, tarefas e processos (documento natural) e, em contramão aos exemplares de livros, por exemplo, é produzido e acumulado por uma razão peculiar (documento único).

Thomassen (2006) sugere que a compreensão das peculiaridades do "documento de arquivo" proceda do conceito central da Arquivologia, o próprio arquivo. Em sua concepção, as pessoas "(...) o reconhecem como uma coleção de documentos acumulados por pessoas, famílias, ou grupos sociais com o intuito de dar suporte as suas memórias" (p. 5). Além do valor informativo (função secundária), Schellenberg (2002) diria que os documentos de arquivo são dotados e, portanto, preservados, por seu valor de prova de funções, políticas, decisões, métodos, operações e outras atividades (valor probatório/função primária). Thomassen também esclarece que "Um documento é a menor unidade de informação registrada com significado próprio, mas nem toda informação que pode ser recuperada sob forma documental é um documento de arquivo", visto que, ressalvamos, "Diferentemente de livros em uma biblioteca, que são produtos de uma atividade de coleção consciente, documentos arquivísticos estão vinculados aos processos pelos quais foram gerados". Logo, se "estão inseridos num processo, isto quer dizer que são gerados e estruturados por processos de trabalho", que são, em sua visão, "uma cadeia de atividades coerentes, com um início e um fim, e direcionadas a um objetivo específico, (...) a razão para a existência, ou a missão, do produtor de documentos", e que também "estabelece vínculos entre os processos de trabalho, os quais tornam os arquivos um todo coerente" (p. 6).

Observadas as características que diferem o "documento" na CI e na

Arquivologia, pelas vias da materialidade e institucionalização da informação, diríamos, em síntese, que o "documento de arquivo" é, portanto, "[...] qualquer documento criado (produzido ou recebido, e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade" (DURANTI, 2015, p. 7). Dessa premissa, resta-nos, portanto, esclarecer: a que informação fazemos menção ao pensarmos nesse documento? Seria a "informação arquivística" propriamente dita? Acreditamos ser pertinente o questionamento de sua existência mediante os contextos de uso e atribuição de valores (primário e secundário) do documento de arquivo e sua informação. Trata-se de uma investigação pertinente às áreas e aos processos abarcados neste texto, pois "[...] os estudos de necessidade e uso de informação são importantes para a construção de sistemas em conformidade com a necessidade e o anseio social" (RABELLO, 2009, p. 161), recortados, neste texto, à própria comunidade arquivística e da CI.

O conceito de "informação arquivística" tem sido discutido (e amplamente aderido) entre os arquivistas canadenses e brasileiros, estreitando, pois, os vínculos entre as áreas de Arquivologia e CI (FONSECA, 2005). É interessante notarmos que a adjetivação dessa informação ocorre pela mera via da institucionalização e da custódia do documento que a transporta. Caso compreendamos, por exemplo, na vigência de seu valor primário, que a produção e o uso desse documento subsidiam a tomada de decisão, no ambiente organizacional, poderíamos, portanto, alegar que sua "informação arquivística" é, na verdade, "informação estratégica", e; uma vez preservado o registro por seu valor secundário, sua informação seria, por conseguinte, "histórica", e não necessariamente "arquivística". Segundo esse mesmo raciocínio (lógico e linguístico), caso decidíssemos arquivar e preservar os nossos documentos particulares, assim o faríamos pela salvaguarda de nossa "informação pessoal".

Calderón (2013) comenta que, embora recorrente na literatura da Arquivologia desde 1980, a existência da "informação arquivística" prossegue como uma incógnita: "Seria um significativo pobre de significado ou um rótulo de moda?" (p. 15). Os pesquisadores e profissionais da área que compreendem a

mensagem do "documento arquivístico" como "informação arquivística" a caracterizam por sua natureza orgânica, sua unicidade e sua capacidade de ser avaliada em termos de idade" (CALDERÓN, 2004), aludindo, pois, aos usos da informação recuperável desses documentos em suas fases corrente à permanente. Nesse sentido, qualificá-la como "arquivística" seria uma forma de ascensão do contexto informacional no âmbito dos arquivos, justificável, por exemplo, pela perspectiva dos princípios da proveniência, da organicidade, da unicidade e do ciclo vital. Conforme esse pensamento, a "informação arquivística" é denominada em sinonímia à "informação orgânica", que é justamente "A informação gerada por processo de trabalho, e é estruturada de acordo com estes processos, de modo a possibilitar a recuperação e a interpretação contextual, mesmo em um outro momento ou lugar" (THOMASSEN, 2006, p. 7).

Ainda assimilando o "documento de arquivo" à sua mensagem, diríamos que a "informação orgânica" se distingue de outras concepções de "informação" por ser esta coadjuvante ou resultante do cumprimento de funções, atividades e tarefas pertinentes ao titular do conjunto documental, e essa "[...] informação que está vinculada a processos de trabalho também tem, necessariamente, um caráter processual ela mesma" (THOMASSEN, 2006, p. 12). De acordo com Moreno (2007), a "informação arquivística" é importante ao funcionamento das organizações por ser a fonte de sua história e a autenticidade e transparência de suas ações. Assim, ressalvamos, enquanto vigora o valor primário do documento de arquivo, sua informação é consultada como insumo ao processo decisório; caso esse documento atinja o valor secundário, recorre-se a sua informação para fins de memória e referência às ações e decisões decorridas. Nesse sentido, o *Conselho Internacional de Arquivos* aponta a "dupla função" da "informação arquivística": "no interesse da eficácia administrativa, ela será produzida, organizada, conservada, utilizada e, em parte, eliminada"; no interesse da pesquisa, será preservada e consultada por sua notoriedade "seja relativa à evolução das organizações acumuladoras, seja à história da sociedade que a produziu e conservou" (MORENO, 2007, p. 80).

Couture discute que "[...] diante do progresso tecnológico na *Era da*

Informação, o arquivista, como os demais profissionais que atuam com a informação, precisa atravessar o muro do formato (o documento) em direção ao conteúdo, à informação" (1996, p. 8, tradução nossa). Ao tratar sobre os atributos dessa informação, Couture faz menção à produção de Buckland, reiterando, pois, o fundamento da materialidade (*information-as-thing*), e propõe um transcender de paradigmas: do formato à forma; do documento à informação. Nesse sentido, "não é, portanto, irrelevante o salto semântico da expressão "documento de arquivo" para "informação arquivística" [...] porque pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte, mas sem negar sua importância enformadora" (MALHEIRO, 2002, p. 3). Logo, ao concebermos o objeto da Arquivologia na contemporaneidade (e ao definirmos os seus processos), precisamos fazê-lo, conforme reitera Antonia Heredia (1993) em uma "tríplice dimensão": o "documento de arquivo", o "arquivo em si" e a "informação", quiçá arquivística. Para além do embate conceitual, sabemos, sobretudo, que a informação aqui observada não é outra, senão a informação registrada, custodiada e recuperável no contexto dos arquivos. A arquivista espanhola garante que "arquivo", "documento" e "informação" são conceitos inseparáveis pelo mero fato de que "[...] os arquivos estão formados por documentos e estes são portadores de informação" (p. 121) que é orgânica, probatória e testemunhal.

A informação é, de fato, "[...] um dos elementos básicos para a inteligibilidade dos processos, sejam eles naturais ou culturais. Por isso mesmo, enfrenta-se dificuldade crescente para abordá-la nocionalmente" (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 9). Preconizamos o recorte conceitual a partir das características que demarcam o "documento" e sua "informação" na Arquivologia, aliando-as aos processos da área macro (produção, organização e representação) e à previsão de usos e usuários da informação no ambiente de arquivo. Acima da problemática e das questões de nomenclatura suscitadas, espera-se, no domínio da CI, que a informação registrada (arquivística ou não, orgânica ou inorgânica) se converta em conhecimento (*information-as-knowledge*), de modo que se viabilizem seus processos inteligíveis. Nesse sentido, passamos, pois, a contemplar os arquivos públicos e privados,

institucionais e pessoais, como "verdadeiros laboratórios" de custódia e difusão da informação orgânica (*information-as-process*).

O arquivo público é aquele cuja proveniência refira-se a uma “[...] entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (BRASIL, 2005, p.35). Logo, presumimos que os arquivos municipais, estaduais e nacionais se dediquem à custódia, ao tratamento e à preservação de documentos cuja procedência e/ou trâmite ocorram (ou tenham ocorrido) em instâncias públicas, visando democratizar o acesso à informação que, em termos funcionais ou estruturais, diz respeito à ação e aos interesses do Estado, bem como aos direitos e deveres dos cidadãos. Quanto ao arquivo privado, Heloísa Bellotto (2004) afirma que o mesmo se refere aos documentos produzidos e recebidos por entidades ou pessoas físicas de direitos privados. Nesse caso, o arquivo institucional pode ser compreendido como fonte de informação orgânica, gerencial, probatória e testemunhal de suas decisões e ações; o arquivo pessoal, por sua vez, reflete, por meio de seus documentos, a informação tocante à vida pública, privada, acadêmica e profissional de uma personalidade. Os arquivos empresariais são mantidos nos departamentos e seções da entidade, devido aos recorrentes usos da informação de valor primário. Em contrapartida, os arquivos pessoais costumam ser recolhidos por centros de documentação, cultura e ciência, uma vez que seus usos informacionais são alavancados em valor secundário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao campo da CI, vislumbramos, com este artigo, tratar da abordagem conceitual do "documento" e da "informação", delimitando-os, especificamente, ao domínio arquivístico. Tendo em vista a natureza polissêmica desses conceitos e sua vasta representatividade semântica em áreas do conhecimento distintas, acreditamos, pelo registro, ter sido basilar o recorte proposto, ao passo que, ressaltamos, a Ciência o exige. Preconizamos, de antemão, o entendimento de que, na CI, a "informação" se refere à mensagem, ao conteúdo, ao teor "transportado" em suportes, ora convencionais, ora tecnológicos. Nessa perspectiva *bucklandiana*, o "documento" diz, logo, respeito à informação

concebida pelas vias do registro e sua incorporação em unidades de informação (arquivos, bibliotecas, museus e afins). Dessa forma, a "informação" da CI não pode ser analisada em dimensões abstratas; por essa razão constatamos sua fisicalidade, ainda que leve, em documentos (enformadores da informação). À CI, reiteramos, essa informação registrada e veiculada (como-coisa), uma vez organizada e representada, é passível de difusão e apropriação, de modo, pois, a transcendermos da "informação" ao "conhecimento".

Das Ciências Documentais à Ciência da Informação, Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro definem e sintetizam que a informação da CI se refere ao "Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material [...]" (2002, p. 18); de igual modo, Barreto (2002) alega, em *A Transferência da Informação Para o Conhecimento*, que essas "estruturas simbolicamente significantes" possuem a competência e a intenção de gerar o conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade. Nelas, a informação é caracterizada "[...] como um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro" (p. 1). Para tanto, a documentação demonstra-se imprescindível enquanto prática dinâmica, inteligível, democrática e mediadora dos processos que perpassam os sentidos da informação no âmbito dessa Ciência, isto é, da gênese à difusão, da informação ao conhecimento, concepção esta que se alinha, por exemplo, às abordagens e às inter-relações da "informação" e do "documento" em Frohmann (2006) e Smit (2012).

Do recorte, observamos que à Arquivologia, o documento diz respeito ao registro único, natural e orgânico, de proveniência peculiar, decorrente das medidas e ações (ou processos de trabalho) previstas e executadas, eventual e/ou rotineiramente por pessoas, ora jurídicas, ora físicas. De imediato, observamos que a produção do documento de arquivo, no contexto institucional, subsidia a administração e seus processos decisórios; no contexto pessoal, a expressão do ser humano, seus fazeres e vontades; posteriormente, esse documento, o de arquivo, passa a servir à memória, ora da entidade, ora do indivíduo. Frisamos, com este artigo, que, quanto ao documento de arquivo, de

procedências e naturezas quaisquer, não o contemplamos, idealmente, aquém de seus devidos contextos de produção, proveniência e usos, conforme nos sugere Thomassen (2006), haja vista que essa análise documental “isolada” feriria os princípios da proveniência e da ordem original, sustentadores do discurso e dos fazeres arquivísticos.

Em relação à "informação arquivística", parece-nos, ainda, conflitante tratar de sua adjetivação, pelo fato de, embora recorrente e aderida nos campos de CI e Arquivologia, ter sua existência criticada por seus próprios pesquisadores e profissionais. Sintaticamente, a "informação arquivística" diz respeito, justamente, à informação registrada no documento de arquivo; em termos pragmáticos, parece-nos fazer sentido que a informação seja qualificada, ressaltamos, sobretudo, por seus contextos e usos, ou seja, a "informação gerencial" dos "arquivos empresariais", e a "informação pessoal" dos "arquivos pessoais". Para além da questão terminológica, importa-nos reconhecer que a informação na Arquivologia seja, via de regra, observada em seus documentos, adquirindo, por conseguinte, suas características, em termos de proveniência e organicidade. Por essa razão, acreditamos ter sido pertinente, neste e a este texto, denominar a "informação de arquivo" como "informação orgânica" e "informação contextual".

Com os resultados apresentados, mantivemos aberto o diálogo e aguardamos por vindouras abordagens e recortes conceituais quanto ao “documento” e à “informação” na CI, bem como na Arquivologia, na Biblioteconomia, na Museologia e nas TICs. Com nossos apontamentos, visamos contribuir, sobretudo, com os pesquisadores e demais atores das áreas da informação e dos arquivos, esclarecendo-lhes quanto à complexidade dos conceitos discutidos, os quais comumente perpassam as nossas práticas de investigação e trabalho, por vezes desprovidos do nosso questionamento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na ciência da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARRETO, A. de A. A transferência da informação para o conhecimento. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **O campo da ciência da informação**. Paraíba: UFPB, 2002.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BORKO, H. Information science: what is this? **American Documentation**, [S.l.], v. 19, 3-5, 1968.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CALDERON, W. R. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CALDERON, W. R. et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004.

CAPURRO, R. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, [S.l.], v. 37, p. 343-411, 2003.

CAVALHEIRO, M. U. Limiares do arquivo pessoal na Arquivologia: Da Diplomática Clássica à Identificação Arquivística. **Páginas a&b**, Lisboa, v. 1, n. 7, p. 01-13, ago/dez. 2017.

COUTURE, C. Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire. **Archives**, v. 27, n. 4, p. 3-18, 1996.

DURANTI, L. **Diplomatica**: nuevos usos para una antigua ciencia. Trad. VAZQUEZ, M. de. C: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1996.

DURANTI, L. Diplomática: Novos usos para uma antiga ciência (Parte V). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. (Org.). **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p.19-34, 2006.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1993.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. London, Edinburgh, New York, Toronto, Melbourne and Bombay: Oxford at the Clarendon Press, 1922.

KHINCHIN, A. **Mathematical Foundations of Information Theory**. Nova York: Dover, 1957.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 7-21, set./dez. 2003.

MALHEIRO, A. **A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

MALHEIRO, A.; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

MORENO, N.A. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.13-21, jan./abr. 2007.

OTLET, P. **Traité de documenatation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, M. de A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002. p. 61-86.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. de. Ciência da informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago/dez. 2015.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 331f. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Unesp/Marília, 2009.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.152-184 out./dez. 2013.

ROUSSEAU, J; COUTURE, C. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SMIT, J. W. A informação na ciência da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20536>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16. jan./jun. 2006.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, [S.l.], v.9, n. 4, p. 127-140, Dec. 1975.

INFORMATION SCIENCE AND ARCHIVAL SCIENCE: CONCEPTUAL APPROACHES

ABSTRACT

Introduction: In this text, we have proposed a critical analysis towards the concepts of "document" and "information" in the field of Information Science and, more precisely, within its archival discipline, since they are approached by their objectives and similar processes, concerning issues of organization, representation and access to registered information. **Objective:** We aim at presenting and discussing these concepts, bringing them together, especially with regard to the documental and informational notion expressed via archival principles and their developments. **Methodology:** This investigative segment, focused on bibliographic, documentary and restrictive nature, proves to be pertinent, since Science itself operates with delimitation in order to bring about clarification as to its object; to Information and Archival Sciences, this reflection is therefore relevant, whereas the said concepts are polysemic, present in different fields of knowledge. **Results:** We have settled historical and theoretical elements regarding the "document" and "information" from the perspective of Information Science and its processes, interpreting them under Foucault's discourse of the statements' materiality (and the documents). Subsequently, we have also directed this discussion to the logic of Archival Science and its principles, aiming at understanding (and questioning), finally, the characteristics taken over the archival document and information. **Conclusions:** We have concluded that materiality (*conscriptio*) is the link between information from Information Science and the one from Archival Science, which justifies the completeness of efforts in both areas in document processing. In the domain of Archival Science, allied to the document and its informational content, are the characteristics brought by the principles that support it, features that, not as a rule, are included in those from Information Science.

Descriptors: Information Science. Archival Science. Document. Information.

CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y ARCHIVOLOGÍA:

ENFOQUES CONCEPTUALES

RESUMEN

Introducción: En este texto, hemos propuesto un análisis crítico de los conceptos de "documento" e "información" en el campo de las Ciencias de la Información y, más precisamente, de su disciplina archivística, en vista de que se acercan por sus objetivos y procesos similares, a respecto de cuestiones de organización, representación y acceso a la información registrada. **Objetivo:** Anhelamos presentar y discutir estos conceptos, (re)reunirlos, especialmente con respecto a la noción documental e informativa expresada a través de los principios archivísticos y de sus desarrollos. **Metodología:** Este segmento de investigación, de naturaleza bibliográfica, documental y restrictiva, resulta pertinente, ya que la Ciencia opera con la delimitación con el propósito de aclarar su objeto; para las Ciencias de la Información y la Archivología, esta reflexión es relevante, mientras que los dichos conceptos son polisémicos, presentes en diferentes áreas del conocimiento. **Resultados:** Delimitamos elementos históricos y teóricos sobre el "documento" y la "información" desde la perspectiva de las Ciencias de la Información y sus procesos, interpretándolos bajo el discurso *foucaultiano* de la materialidad de los enunciados (y de los documentos). Posteriormente, dirigimos esta discusión a la lógica de la Archivología y de sus principios, con el objetivo de comprender (y cuestionar) las características que se refieren al documento y a la información de archivo. **Conclusiones:** Llegamos a la conclusión de que la materialidad (*conscriptio*) es el vínculo entre la información de las Ciencias de la Información y la información de Archivología, lo que justifica la integridad de los esfuerzos de estos campos en el procesamiento de documentos. A su vez, en Archivología, aliado al documento y su contenido informativo, se encuentran las características que aportan los principios que lo rigen, marcas que, no por regla general, se incluyen en aquellos de las Ciencias de la Información.

Descriptores: Ciencias de la Información. Archivología. Documento. Información.

Recibido em: 26.05.2020

Aceito em: 05.02.2021